

**ACTA NÚMERO TRÊS**

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA CATORZE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. \_\_\_\_\_

--- Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, reuniu na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 152/09/CM, referente às Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2010;
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 153/09/CM, referente a Taxa municipal de direitos de passagem;
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 156/09/CM, referente ao Parque de Campismo da Ilha de Tavira;

--- O Presidente da Assembleia Municipal, José Otilio Pires Baia declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quatro minutos. \_\_\_\_\_

--- Pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Pedro da Conceição Rodrigues, foi efectuada a chamada, registou-se que estavam presentes os membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Ana Isabel Franco de Mendonça Viegas, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Dulce Cláudia Paixão Bernardo, Elisabete Miguel Parra Rocha, Fernando Augusto Pereira, Filipa Alexandra Costa Lourenço, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jaime Luis Fernandes Costa, João Pedro da Conceição Rodrigues, Joaquim da Conceição Messias Santos, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otilio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Isabel Pires Cruz dos Santos, Muriel Cristina Dias, Pedro Manuel do Nascimento, Rui Manuel Rocha Horta, Sidónio Manuel Gonçalves Barão e Vitor Manuel Rijo Faleiro. \_\_\_\_\_

--- Os Membros José Epifânio Martins da Graça e Sílvia Alexandra Sanches Soares solicitaram substituição à sessão, pelo que foram substituídos pelos Membros Jaime Luis Fernandes Costa e Ana Isabel Franco de Mendonça Viegas, respectivamente. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal para que a Mesa da Assembleia Municipal ficasse totalmente constituída, uma vez que o Segundo Secretário Jean-Pierre Patrick Rancher não estava presente, solicitou à bancada do PSD que se fizesse representar na Mesa da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- Nesse preciso momento entrou na sala o Segundo Secretário Jean-Pierre Patrick Rancher, tendo ocupado o seu lugar na Mesa da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou todos os presentes que como se tratava de uma sessão extraordinária, não haverá o período antes da ordem do dia. \_\_\_\_\_

### **Período da Ordem do Dia**

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 152/09/CM, referente às Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2010. \_\_\_\_\_

--- O Membro Joaquim Messias iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse que devido à crise e à quebra de receitas, certamente este Orçamento e as Grandes Opções do Plano serão os possíveis. No entanto, acreditando num abrandamento da crise económica, que irá acontecer a meio deste ano, quis referenciar um conjunto de obras que são prioritárias na freguesia de Santa Maria. \_\_\_\_\_

--- Disse que são elas, um tapete betuminoso na Estrada Municipal número quinhentos e oito, desde o barranco do furadouro até ao limite da freguesia. Um tapete betuminoso na Estrada Municipal número trezentos e noventa e sete, desde da saída da cidade até à freguesia de Cachopo. A Rua Calçada e Beco de Santa Ana, aproveitando a requalificação dos prédios, que pertenciam à GNR, que pertencem agora à Câmara Municipal, se poderia fazer qualquer coisa por que estão em mau estado. A requalificação da Rua João Vaz Corte Real e a criação de parques de estacionamento no prolongamento dessa rua. E o arranjo paisagístico da rotunda das salinas junto ao Eurotel. \_\_\_\_\_

--- Acrescentou dizendo que na sua opinião estas obras são prioritárias e se houver possibilidades e meios para serem feitas, a Junta de Freguesia e a população em geral agradecem. \_\_\_\_\_

--- Disse também que não pode deixar de fazer uma referencia à sede da Junta de Freguesia que não consta no Orçamento, consta nas Grandes Opções do Plano, mas que na sua opinião é uma obra prioritária e que é necessário que seja feita até ao final deste ano. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que concordando com tudo o resto, irá votar a favor. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dizendo que queria dar nota de como o documento foi concebido. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que o Orçamento da Câmara Municipal do ano passado, situou-se nos cinquenta e oito milhões de euros, o Orçamento que é apresentado este ano é no valor de quarenta e seis virgula seis milhões de euros. Verifica-se uma quebra acentuada da actividade da Câmara Municipal, fruto de ter menos receitas. \_\_\_\_\_

--- Disse que a Câmara Municipal tentou corrigir algum empolamento em matéria de receita, para que não haja cabimentos a mais, para receita real a menos, dilatando o prazo de pagamento. Ou seja neste documento o que a Câmara Municipal tentou fazer é ser mais realista na provisão das despesas, na provisão das receitas para que o prazo médio de pagamento no fim do ano não seja dilatado. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que por outro lado como é que a Câmara Municipal chegou ao valor de quarenta e seis milhões de euros, que é o raciocínio mais lógico. Quem chega à Câmara Municipal há cerca de dois meses, tem um Orçamento com Grandes Opções do Plano para fazer, tem um conjunto de encargos que vêm detrás e que têm de ser cumpridos, tem um plano plurianual para cumprir com alguns investimentos que vêm detrás, tem um conjunto de compromissos comunitários que têm de manter provimento, tem um conjunto de protocolos que têm de ser salvaguardados, tem um volume financeiro negociado e como ainda não foi renegociado tem de ser cabimentado, que resulta de compromissos que vêm detrás com as Juntas de Freguesia e que tem um conjunto de compromissos financeiros com associações de solidariedade, que também ainda não foram renegociados, mas que serão. Ou seja como é que se consegue cabimentar e fazer um Orçamento com um conjunto de encargos que não foi possível alterar, nem é desejável que sejam alterados radicalmente em dois meses, para que a Câmara Municipal apresente um Orçamento o mais realista possível. \_\_\_\_\_

--- Informou que o que foi solicitado aos serviços da Câmara Municipal, foi um exercício muito simples que está expressado neste documento, fazer um apanhado de todos os compromissos que vêm detrás, não descabimentando os compromissos, que lhe informassem qual o valor dos encargos financeiros que vinham da gestão anterior. Porque todos sabem que a meio do ano se pode fazer uma Revisão a este Orçamento, e que se pode alterar as Grandes Opções do Plano pelo menos uma vez. \_\_\_\_\_

--- Disse também que o valor, da verba absolutamente necessária para a Câmara Municipal continuar a honrar os compromissos, a que chegaram são quarenta e seis milhões de euros. Informou que solicitou também aos serviços, que o informassem do valor da provisão da receita cumprindo as regras do POCAL, que é os dois últimos dois anos da receita anterior a dividir por dois, o resultado é trinta e dois milhões de euros. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que o Orçamento foi feito assim, que obviamente depois a Câmara Municipal tem de pôr regras muito simples que é ser optimistas na receita e tentar enquadrar num documento técnico que justifica quarenta e seis virgula seis milhões de euros de despesa.

--- Afirmou que o executivo tem, expectativas neste ano de fazer cumprir um conjunto de compromissos e a ideia de trabalhar bastante, esperando que a economia recupere um pouco, que as receitas municipais do IMT, onde no último ano se verificou uma quebra de quarenta e sete por cento, possam recuperar também para que a Câmara Municipal possa também ter mais realismo na receita, porque realismo na despesa já existe, pois foi analisada rubrica a rubrica. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que a perspectiva real todos sabem qual é mas a desejável é quarenta e seis milhões de euros na receita da Câmara Municipal. Assim irá haver um equilíbrio orçamental com um Orçamento mais realista. Disse que há um conjunto de rubricas que o executivo quer cumprir, informou que distribuiu um documento onde constam um conjunto de linhas gerais. \_\_\_\_\_

--- Acrescentou dizendo que foram feitas algumas reuniões com os Presidentes das Juntas de Freguesia, para o executivo saber claramente quais eram os compromissos que existiam, e quais as grandes prioridades dos Presidentes das Juntas de Freguesia para serem inseridas no Orçamento, disse que alguns desses compromissos constam e muitos outros não. Mas grande parte dos compromissos também não consta, pelo menos em obra, que ele próprio se sujeitou a sufrágio, nesta primeira versão do Orçamento. Ou seja nesta matéria não há risco nem meio risco, há uma realidade concreta que tem de ser encarada de frente, pelo menos neste primeiro ano e neste primeiro Orçamento. Se a evolução da receita e se a marcha da concretização da despesa for a que o executivo espera, a meio do ano pode ser feita uma revisão às Grandes Opções do Plano e um acerto ao Orçamento. Afirmou que o executivo tem registado as prioridades que o Membro Joaquim Messias mencionou, na sua intervenção, nomeadamente a sede da Junta de Freguesia que consta no Orçamento com uma verba de cem euros, mas que obviamente não tem dotação para que se possa avançar com a obra, mas se houver condições no segundo semestre a obra começará. Em termos de verdade é melhor dizer isto, do que colocar uma verba no Orçamento e não ter a mínima ideia de a executar, e depois à primeira opção tirar essa verba. Afirmou dizendo que preferiu não fazer isso e as opções são claras. \_\_\_\_\_

--- Disse também que o executivo tem uma estratégia para a promoção cultural e turística do concelho, porque este concelho vive em grande parte do turismo, e é muito importante que haja uma estratégia virada para a cultura, para o património e sua recuperação, para criar e requalificar infra-estruturas de espaços públicos, fomentar a actividade desportiva, mais solidariedade, modernizar a rede viária, estimular a economia privada e melhorar os serviços

públicos. \_\_\_\_\_

--- Acrescentou dizendo que é intenção do executivo aproveitar os fundos comunitários e as candidaturas que já estão aprovadas, por isso querem abrir este ano o Museu Islâmico, que se situa no edifício do ex-BNU. Disse que querem fazer o Verão em Tavira, mais ou menos seguindo a mesma linha do que vinha a ser feito, querendo aumentar a notoriedade de um conjunto de programas de fomento à cultura, nomeadamente de música nas igrejas, as feiras gastronómicas, mostras, a preparação de uma bienal que o executivo pretende que seja feita daqui a dois anos, ou seja um conjunto de acontecimentos que tem de haver verbas disponíveis para fazer face a essas iniciativas. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito aos edifícios, disse que o executivo quer iniciar a construção do edifício Museu Bartolomeu Cid dos Santos, que é o antigo quartel da GNR, e obviamente o enquadramento da beneficiação e recuperação desse edifício não será desgarrado da intervenção da estrada que o Membro Joaquim Messias referiu na sua intervenção. Porque não se pode ter um museu topo de gama e uma estrada em tão mau estado. Disse também que o executivo quer introduzir melhorias no Mercado Municipal, informando que há uma candidatura do Proder que a Câmara Municipal quer verificar se ela é ou não aprovada. Querem também lançar com um conjunto de empreitadas, querem avançar também com um conjunto de candidaturas de regeneração urbana, querem iniciar a recuperação da Igreja das Ondas, cuja candidatura aos fundos comunitários foi aprovada e é uma multi candidatura da Igreja das Ondas e do Teatro da Corredora, querem completar a marginal de Cabanas de Tavira, querem reparar as infra-estruturas das Piscinas Municipais, querem também, e vão ter que protocolar, um conjunto de apoios a instituições de solidariedade que viram as suas candidaturas aprovadas. Informou que O Pontão já está em construção, que foi aprovado mais um lar com a Misericórdia, que foi aprovado mais um lar com a Associação dos Bancários do Algarve e que foi aprovado também o Centro Intergeracional de Santa Maria. Informou também que já foi lançado a concurso a Escola do Carmo, a estrada de Santa Luzia e a estrada de Alcaria. Ou seja um conjunto de obras que vêm detrás e que este executivo quer salvaguardar. \_\_\_\_\_

--- Esclareceu que este Orçamento, com o volume das receitas, dos impostos municipais que foram aprovados na última sessão da Assembleia Municipal com um corte de zero virgula três na Derrama, significando uma quebra de pouco mais de noventa mil euros e o aperto financeiro resultante da conjuntura económica faz com que a Câmara Municipal baixe, em termos de Orçamento, cinquenta e oito milhões para quarenta e seis milhões de euros. \_\_\_\_\_

--- Afirmou que é o valor mais realista, em termos da realidade da execução da Câmara Municipal. Informou que neste momento a Câmara Municipal tem uma execução de cerca de setenta por cento dos cinquenta e oito milhões, que é o valor previsível com que a Câmara Municipal fechará o Orçamento do ano de dois mil e nove. Mas entretanto a Câmara Municipal

tem algum endividamento a curto prazo que aumentou significativamente o ciclo de caixa dos pagamentos, que neste momento se situa nos duzentos dias. Acrescentou dizendo que a Câmara Municipal com a liquidez que tem promovido, tem tentado regularizar os pagamentos junto dos fornecedores, para que esse prazo não aumente. \_\_\_\_\_

--- Quanto á questão dos parques empresariais, disse que também requer neste Orçamento um esforço financeiro por parte da Câmara Municipal, com a contracção do empréstimo, aumentando o valor das amortizações e do pagamento de custos financeiros. Disse que a Câmara Municipal irá injectar liquidez na EMPET - Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, se o Tribunal de Contas visar o que foi aprovado na última sessão da Assembleia Municipal. O que irá geral um fluxo de cerca de um milhão de euros de pagamento de contrapartidas nacionais, que a Câmara Municipal deve por força de um compromisso anterior a essa empresa. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que este documento é seguramente o documento que a bancada do PSD apresentaria se estivesse no executivo, e que deixa a bancada do PS um pouco triste pois não vai ao encontro do que se propuseram quando se candidataram, mas que a vida é assim e faz-se de compromissos. E acima de tudo o bom-nome de Tavira tem de ser absolutamente salvaguardado. Afirmou que diz as coisas de frente e que este é o Orçamento possível, que há coisas que saem porque não tinham execução, e que há coisas que se mantêm porque já tinham execução e porque há compromissos com o município. Lembrou que a situação não é fácil. Disse que não pode afirmar que já descobriu todas as situações, porque só tem dois meses de Câmara Municipal, mas já descobriu algumas das mais difíceis, e que não pode dizer que a situação é drástica. Afirmou que a Câmara Municipal tem problemas financeiros, como todas as Câmaras Municipais. Mas que acima de tudo o concelho tem um enorme potencial, e se a Câmara Municipal for uma pessoa de bem e de gente séria, os investidores irão acreditar na Câmara Municipal \_\_\_\_\_

--- No momento em que o Presidente da Câmara estava a intervir entrou na sala o Membro José Manuel Baptista do Carmo, tendo ficado vinte e oito presentes na sala. \_\_\_\_\_

--- O Membro Dulce Bernardo disse que quanto às Piscinas Municipais o anterior executivo esqueceu-se das mesmas. Continuou dizendo que as piscinas precisam de várias obras, filtros, tubagens e maquinas, tudo novo. Perguntou de quem é a responsabilidade dessas obras, se é da empresa que está a gerir as piscinas e que tipo de contrato existe com essa mesma empresa. \_\_\_\_\_

--- O Membro Rui Horta disse que teve o privilégio de ouvir a explicação, por parte do

Presidente da Câmara Municipal, sobre o Orçamento duas vezes, porque se reuniram ao abrigo do direito da oposição onde foi explicado o Orçamento e a filosofia que estava por detrás. Afirmou que não pode deixar de concordar com a filosofia que está por detrás. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que este é o Orçamento deste executivo e as Grandes Opções do Plano deste executivo, embora comporte o seguimento de muitas obras do executivo anterior, é certo que houve uma estratégia para deixar cair algumas, continuar outras e fazer outras novas. \_\_\_\_

--- Afirmou que se o PSD estivesse no executivo apresentava não só este Orçamento, como foi referido pelo Presidente da Câmara Municipal, mas mais alguma coisa. Disse que atendendo à conjuntura económica não podem de deixar de concordar com a existência de cortes em algumas matérias. O que é discutível e o que são opções política, é onde é que se fazem os cortes. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que concordam com a filosofia de apresentação do Orçamento, mas não sendo da bancada do PSD este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano, irão abster-se nesta votação. \_\_\_\_\_

--- O Membro Brandão Pires disse que os Orçamentos têm uma particularidade, os Orçamentos desde o ano dois mil e cinco até ao ano dois mil e nove, andaram sempre perto do valor de sessenta milhões de euros. Mas passado um ano e pouco, quando é analisada a execução anda á volta dos trinta e um milhões no ano de dois mil e seis, em dois mil e sete trinta e cinco milhões, em dois mil e oito trinta e três virgula sete milhões e em dois mil e nove, pela indicação do Presidente da Câmara Municipal andar á volta dos quarenta milhões. \_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que o exercício de discutir o Orçamento, dizendo o que é contemplado ou não, é um pouco de um exercício de faz de conta, porque o Orçamento, pelo menos de alguns anos até agora, é empolado, há uma super orçamentação, tornando mais fácil a discussão política porque é tudo contemplado no Orçamento, só que não há realismo no que é apresentado. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito a este Orçamento disse que é de louvar a atitude do actual executivo, porque de certeza não é a mais fácil, que é de cortar. Acrescentou que na sua opinião continua a ser um Orçamento de faz de conta, em relação ao que for executado. Porque a Câmara Municipal de Tavira não tem possibilidade nenhuma, quer queiramos quer não, de ultrapassar um Orçamento muito além dos quarenta milhões de euros. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que apesar de tudo este Orçamento é no valor de quarenta e seis virgula seis milhões de euros, e que quando, daqui a um ano e pouco se fizer a execução do Orçamento do ano dois mil e dez, se irá ver qual o Orçamento que tinham de facto. Acrescentou dizendo que basta ver o que se tem passado nos últimos anos, são aprovados Orçamentos no valor de sessenta milhões e depois são executados quarenta milhões, são

aprovados Orçamentos no valor cinquenta milhões e depois são executados trinta e poucos milhões. Portando desse ponto de vista, e do ponto de vista da disciplina orçamental e da verdade que se transmite às pessoas, há aqui uma aproximação do Orçamento à realidade. \_\_\_

--- Disse também que o facto mais louvável deste Orçamento é esse, porque qualquer fiscalista ou economista é o que recomendam que se faça. Informou que para além disso há orientações da Direcção Geral da Administração Autárquica para aproximar, tanto quanto possível, os Orçamentos à realidade. Este facto cria alguns problemas ao nível da gestão porque as despesas têm de estar cabimentadas, obriga a um controlo da despesa e da receita muito mais rigoroso, mas é uma incumbência do executivo. Afirmou que a técnica de fazer Orçamentos foi seguida, há um conjunto de despesas, como as de pessoal, há compromissos que naturalmente vêm detrás que têm de ser assumidos, e que existem receitas certas e incertas, tomando tudo isto em consideração não sobra muito mais para floreados. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que basta recuar os dois últimos anos e verificar as execuções orçamentais para ter a clara certeza que não era possível fazer muito mais do que foi feito no Orçamento que agora é apresentado. Disse que de facto, o Presidente da Câmara Municipal tem razão ao dizer que este não é o Orçamento que a bancada do PS gostaria de ter, mas acreditam que no segundo semestre do próximo ano seja possível uma revisão no sentido das duzentas medidas a que se propuseram. Por fim disse que o sentido do voto da sua bancada é votar favoravelmente. \_\_\_\_\_

--- O Membro Elisabete Rocha perguntou se já existe projecto em relação à obra da estrada de Santa Luzia, em que fase está o projecto e se será para lançar este ano. Afirmou que ficaria com alguma pena, se não visse ali feito um arruamento com características dignas, que ligasse convenientemente Tavira a Santa Luzia. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Rodrigues começou por dizer que tinha ouvido com atenção a intervenção do Membro Elisabete Rocha, sobre a estrada de Santa Luzia e afirmou que ou muito se engana, ou andou a ser enganado durante quatro anos. Continuou dizendo que quem lançou esta estrada, quem andou em campanha eleitoral a dizer que a obra já tinha sido lançada e que nas Grandes Opções do Plano do ano dois mil e nove diz que no segundo semestre desse ano a obra seria lançada e terminada até ano final do mesmo ano, e que vem agora o Membro Elisabete Rocha da bancada do PSD que tem andado ao corrente da situação perguntar, ao executivo que chegou à pouco tempo à Câmara Municipal, se a estrada é para se fazer ou não. Lembrou que a estrada já deveria estar feita há quatro anos. \_\_\_\_\_

--- Dirigindo-se ao Membro Elisabete Rocha disse que deveria fazer essa pergunta aos colegas da sua bancada, porque fizeram parte da bancada do anterior executivo, perguntou-lhe se



estava a gozar com ele. \_\_\_\_\_

--- O Membro Elisabete Rocha afirmou que a sua pergunta não foi ofensiva e pediu desculpa. \_

--- O Membro Carlos Rodrigues prosseguiu dizendo que a estrada foi cabimentada em Setembro do ano dois mil e oito, e que numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal no mês de Setembro desse ano onde foi aprovada. A obra deveria ter sido iniciada no princípio do ano dois mil e nove, não foi porque foram detectados erros e omissões, tendo sido adiado o início da obra para o mês de Julho do mesmo ano, voltaram a ser detectados erros e omissões, novamente foi adiado o início da obra para o mês de Novembro e mais uma vez fora detectados erros e omissões. \_\_\_\_\_

Terminou dizendo que foi este novo executivo que mandou para publicação em Diário da República, e que a questão levantada está fora do contexto. \_\_\_\_\_

--- O Membro Elisabete Rocha disse que talvez estivesse, mas que a mantinha a sua questão.

--- O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se iria responder às questões formuladas. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal respondendo à questão das piscinas, disse que é uma situação muito simples, a concessão é com uma associação de solidariedade, Tavira Natação Clube. Que esta associação não tem qualquer obrigação em reparar as piscinas, essa obrigação é da Câmara Municipal, a associação apenas faz a gestão. Acrescentou dizendo que por isso mesmo é que está orçamentado, porque se não fosse obrigação da Câmara Municipal, este executivo não gastaria um único cêntimo. \_\_\_\_\_

--- Informou que as piscinas são boas, mas têm no momento um problema grave, têm uns tanques rotos, precisam de uma reparação fruto de umas considerações que não quis referir. \_

--- Dirigindo-se ao Membro Rui Horta disse que pensa que foi claro. Afirmando que quando se referiu ao Orçamento apresentou-o como sendo deste novo executivo, só que é o Orçamento do novo executivo com um conjunto de ideias e compromissos assumidos pelo PSD, na razão de quarenta e seis milhões de euros de compromissos para trinta e dois milhões de receitas esperadas, há uma pequena diferença de catorze milhões de euros que alguém vai ter de atenuar, em relação do herdado. Acrescentou dizendo que não vai dizer se é bom ou mau, é o que é. A Câmara Municipal vai trabalhar no sentido de controlar a despesa, e tentar que haja mais receita, e isso resulta muito da actividade municipal. Afirmou que o que estava a dizer sem querer fazer crítica a que quer que fosse, estava apenas objectivar uma realidade. \_\_\_\_\_

--- Quanto à questão da estrada de Santa Luzia, disse que todas as questões são legítimas, mas quanto a esta questão foi o primeiro acto de gestão que teve ao chegar à Câmara Municipal, que foi mandar publicar o anúncio da estrada. Foi decidido na penúltima Reunião de Câmara do executivo anterior esta questão, depois incompreensivelmente não foi para publicação. Acrescentou dizendo que foi o primeiro despacho que deu, foi para publicação, as regras do concurso estão em publicação, pensa que os cadernos de encargos já foram levantados, a obra esta orçamentada em um milhão e meio de euros, o último dia de prazo de apresentação de propostas será vinte e sete de Janeiro do ano dois mil e dez, o dia do acto público para a abertura de propostas é no dia a seguir. \_\_\_\_\_

--- Informou que a Câmara Municipal espera resolver esta questão em mês e meio, que tem a haver com o analisar as propostas, com a audiência dos interessados, publicações, adjudicação, assinatura do contrato e a consignação da obra. Disse que espera que no final do mês de Março o processo esteja concluído para que a obra possa iniciar, e se isso acontecer será fantástico. Disse ainda que não podem ter a estrada de Santa de Luzia, em pleno Verão, intransitável, e que têm de ver como se irá proceder. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que a obra é para já e que ele próprio andou anos, em Assembleia Municipal, a falar sobre o assunto, e o que lhe foi respondido é que estava para breve. Mas afinal só agora é que a estrada será uma realidade. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Rodrigues disse que gostava de saber também sobre obras que deveriam ter começado também no ano dois mil e nove e que fizeram parte das Grandes Opções do Plano dos anos de dois mil e seis, dois mil e sete, dois mil e oito e dois mil e nove. A rotunda na zona poente e o arranjo da Rua Joaquim Soares. Ou seja no sentido de Pedras d'el Rei para Santa Luzia, no sitio da antiga ETAR, onde foi projectada uma rotunda, um parque de estacionamento e o arranjo da Rua Joaquim Soares. A conclusão da estrada que liga Santa Luzia à EN 125, que é uma estrada que já os seus antecessores falavam no assunto e fez parte das Grandes Opções do Plano desde do ano mil novecentos e noventa e nove. O Museu do Polvo, que existe já o terreno cedido e que também faz parte das Grandes Opções do Plano pelo menos desde há quatro anos atrás. A sede social do Clube Recreio e Desporto Santaluziense que desde o ano de mil novecentos e noventa e nove, anda em projectos e nunca mais se concretiza. E por último o complexo desportivo de Santa Luzia que também tem feito parte das Grandes Opções do Plano e que ainda foi concretizado. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que a exemplo do que se passou com a estrada de Santa Luzia, precisa saber o que se passa com as obras que referiu, se irão avançar ou não e qual é o ponto da situação. Porque precisa saber em que ponto de situação estão, para poder responder às questões das pessoas de Santa Luzia, uma vez que foram enganados durante quatro anos. \_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira começou por dizer que queria solidarizar-se com as preocupações da bancada do PSD, relativamente á questão da estrada de Santa Luzia. Afirmou que a antiga bancada do PSD não manifestava essa preocupação. Disse também que esse assunto não foi para publicação certamente porque a estrada de Santa Luzia era um dos cavalos de batalha da campanha eleitoral do PSD, e seria bom que o anúncio tivesse sido assinado pelo PSD, e não foi, tendo-lhes saído o tiro pela culatra. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que queria também manifestar solidariedade com o Membro Carlos Rodrigues, uma vez que nunca se viu este tipo de preocupação pela bancada do PSD, e agora absolutamente a despropósito, quando a obra finalmente foi para publicação é que a bancada do PSD se manifesta sobre esta matéria. Afirmou que não podia deixar isto em claro, porque muitas vezes se manifestou sobre a rede viária para Santa Luzia e que a bancada do PSD andou quatro anos sem falar da estrada de Santa Luzia, o PS chegou ao executivo e logo na segunda Assembleia Municipal, finalmente o PSD já se preocupa com a estrada de Santa Luzia. \_\_\_\_\_

--- O Membro Elisabete Rocha quis esclarecer que as pessoas mudam e têm todo o direito a ser esclarecidas. E não têm de ter o histórico de todas as situações tratadas nas Assembleias Municipais durante doze anos. Disse ainda que não concorda com o facto das pessoas que fazem parte da bancada do PSD, não poderem ser esclarecidas das questões que colocam, só pelo facto de existir um passado. \_\_\_\_\_

--- O Membro Rui Horta começou por dizer que o Membro Elisabete Rocha não precisa de advogado de defesa, mas que não pode deixar de esclarecer algumas coisas. Disse que o Membro Carlos Rodrigues referiu que *“os senhores fizeram parte do executivo”*, afirmou que os Membros da bancada do PSD não fizeram parte de nenhum executivo, mas sim do Órgão Deliberativo, que votavam e não votavam por indicação política ou por opinião pessoal e que não conheciam em pormenor os detalhes. Esclareceu que o Membro Elisabete Rocha perguntou sobre uma questão técnica, se a obra iria contemplar arvores, etc... Disse ainda que, independentemente de ter sido uma questão com cariz político, não podem estar condicionados ás questões que levantam, só pelo facto de terem feito parte de um passado. \_

--- Acrescentou dizendo que, sabe perfeitamente que os Membros da bancada do PS não estão habituados a ser poder, mas o que é facto é que estão no poder, e por isso mesmo as questões da bancada do PSD são feitas ao PS, porque não podem ir bater á porta do anterior executivo perguntar o que é que se passa com um ou outro projecto. Disse ainda que, é uma realidade que o actual executivo tem apenas dois meses de mandato, é pouco tempo, mas têm

de se habituar porque se tudo correr bem estarão no executivo durante quatro anos. \_\_\_\_\_

--- Terminou pedindo ao PS, que recebam as perguntas e as críticas da sua bancada e respondam, pois não podem responder sempre para irem perguntar ao anterior executivo. Porque não foi o anterior executivo que ganhou, e por isso têm de ter alguma pachorra para responder às perguntas que surgirem por parte da bancada do PSD. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que está na sessão da Assembleia Municipal para responder a todas as perguntas, desde que saiba responder. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal pediu para não entrarem em diálogos. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Manuel Carmo começou por dizer que depois do grandioso momento em que todos ficaram a saber que, afinal o PSD não esteve na Câmara Municipal. Afirmou que o BE analisou com todo o cuidado o documento, que é um documento que é difícil de analisar, porque como é óbvio contém muitas rubricas com um carácter muito vago, e que naturalmente é assim que tem de ser. E por isso fica-se com dificuldade em saber a que projecto ou a que iniciativa elas correspondem, portando torna-se difícil dizer se concordam ou não com aquelas verbas todas. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que do ponto de vista global é uma apreciação mais contabilista, no sentido de ver se é um Orçamento equilibrado ou não, o que na opinião do BE parece-lhes ser. No entanto é complicado confronta-lo e cruza-lo com as Grandes Opções do Plano porque são indicações estratégicas e não apontam para projectos muito concretos. As dúvidas são muitas, embora algumas delas tenham sido esclarecidas na reunião que foi feita anteriormente. Que o Presidente da Câmara Municipal convocou com os partidos da oposição, em que foi possível esclarecer alguns elementos, no entanto no seu conjunto é difícil concordar na totalidade com o Orçamento, visto que subsistem muitas dúvidas quanto ao modo de como essas verbas vão ser gastas. \_\_\_\_\_

--- Afirmou que não é intenção do BE entrar nos pormenores de questionar sobre este ou aquele aspecto, porque não é este o momento. Disse ainda que gostariam que nas sessões da Assembleia Municipal, projecto a projecto, estas questões pudessem vir a ser debatidas, e portando projecto a projecto poder mostrar concordância ou discordância. Disse que na sua opinião há aspectos que não estão suficientemente clarificados, nomeadamente as questões do Porto de Pesca, bem como não estão presentes algumas medidas concretas como são as casa de apoio e a melhoria das rampas de acesso, que são reivindicações dos pescadores e que há anos que se espera pela sua execução. Cuja sua concretização nem sequer implica um grande financiamento e por isso podem ser facilmente assumidas pela Câmara Municipal

dentro deste Orçamento. Acrescentou dizendo que há um outro aspecto que não viram, algumas medidas significativas tendentes à melhoria do trânsito e à circulação rodoviária no centro da cidade de Tavira, e essas sim implicam planeamento e verbas significativas. E que não passam só pelo circuito que o Presidente da Câmara Municipal pensa fazer no centro da cidade, e com o qual pensa resolver problemas. Afirmou que na opinião do BE esses problemas não vão ser resolvidos desse modo, mas sim pela criação de parques de estacionamento e pela criação de uma rede efectiva de vai e vens que funcionam em rede entre os parques de estacionamento. Prosseguiu dizendo que só assim a acessibilidade ao centro de Tavira se pode trazer algum relançamento ao comércio e evitar o caos automobilístico. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que neste sentido, o BE nesta votação irá ter uma atitude de confiança na Câmara Municipal e no projecto, e nas condições em que o executivo teve que o desenvolver. É portanto uma posição de se abster para ver e para dar uma oportunidade ao executivo para realizar o seu trabalho com o Orçamento que é apresentado. \_\_\_\_\_

--- Ao terminar a sua intervenção questionou a mesa da Assembleia Municipal, sobre a questão do Regimento do artº 21, no ponto dois referir que as quintas sessões ordinárias destinam-se ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano, e não sendo esta a quinta sessão ordinária não poderiam estar a discutir este assunto. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira disse que, a propósito da intervenção do Membro José Manuel Carmo, se o Regimento fosse interpretado à letra a Câmara Municipal não tinha Orçamento. Referiu que o que diz lá é que o Orçamento é aprovado na segunda e na quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal, mas que não diz que não pode ser aprovado numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que manifestamente a Câmara Municipal está numa situação que tem de ter Orçamento, portanto seja numa sessão ordinária ou extraordinária o importante é que o Orçamento seja aprovado não havendo qualquer irregularidade sobre o assunto. Caso contrário haveria um grande problema, este executivo não poderia ter um Orçamento. Reafirmou ainda que não consta no regimento que essas sessões da Assembleia Municipal que se destinam exclusivamente a aprovar o Orçamento. \_\_\_\_\_

--- Respondendo à intervenção do Membro Rui Horta, nomeadamente quando refere que o PS não está habituado a estar no poder, disse que em trinta e cinco anos de democracia o PSD só esteve no executivo da Câmara Municipal doze anos e que no tempo restante esteve o PS. Disse também que o PS irá renovar os mandatos, e que só a lei que limita os mandatos fará com que não fiquem no executivo mais trinta e poucos anos. Disse ainda que não é intenção do PS que, a bancada do PSD fique refém do passado só pelo facto de ter apoiado o executivo

anterior. Afirmou que é convicção do PS que, a bancada do PSD apoie o executivo actual com responsabilidade, uma vez que agora não há constrangimentos como houve durante doze anos. \_\_\_\_\_

--- Solicitou à bancada do PSD que, esqueça os constrangimentos anteriores e que dê oportunidade a este executivo de trabalhar, começando por votar a favor deste Orçamento, dando assim a possibilidade a este executivo de daqui a algum tempo demonstrar como conseguiu executar cinquenta ou sessenta por cento da execução do Orçamento. Afirmou também que, essa atitude seria a demonstração clara de uma oposição responsável, como foi referido na primeira sessão da Assembleia Municipal que iriam fazer. Prosseguiu dizendo que não percebe o porquê de se absterem, uma vez que a estrada de Santa Luzia já está orçamentada, ou seja no plano político não haveria muitas opções a tomar, a não ser, empolar o orçamento com cabimentações sem nenhum sentido para que depois fossem alteradas as Grandes Opções do Plano. Afirmou ainda que este Orçamento é realista, onde não há supra-orçamentação e por isso obviamente a possibilidade de execução orçamental é muito melhor.

--- Terminou dizendo que quanto ao plano político, na realidade há opções, e que este executivo não optou por fazer um bar nas piscinas de Santo Estêvão e pedir um empréstimo de cinco milhões de euros para o executar essas obras. Fazendo sim cabimentações responsáveis, demonstrando assim a grande diferença entre o anterior e o actual executivo. \_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que nas sessões das Assembleia Municipais vai adoptar a prática de responder a todas as questões e que quando não souber responder dirá que não sabe e que irá ver. Afirmou que sempre foi essa a sua prática, ao contrário de algumas práticas que viu fazer nas mesmas. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que para atestar o que tinha acabado de dizer, iria responder ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, o Membro Carlos Rodrigues. Disse que este é o típico caso em que ao ser feito o Orçamento ou há moralidade ou não, ou seja não tem resposta para lhe dar, uma vez que não estão orçamentadas as questões que fez, porque foi necessário fazer cortes. Afirmou que quer fazer as obras que Membro Carlos Rodrigues referiu, mas que não será nos próximos seis meses, e que assim é que este executivo faz política com responsabilidade. Disse que a Câmara Municipal tem neste Orçamento o valor de vinte e cinco milhões de despesas correntes e que tem vinte e um milhões euros de despesas de capital. Se forem executadas vinte e um milhões de euros de despesas de capital, este executivo terá obra para mostrar. Disse também que destas obras todas, quer ver a capacidade de executar, não só por parte do executivo, porque muitas vezes não depende só do executivo, e por isso deveria haver um sentimento colectivo de aliviar esta situação para o próximo ano, porque para o próximo ano serão incluídas no Orçamento outras obras. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que o próximo relatório de execução orçamental será discutido no mês de Abril, numa sessão ordinária da Assembleia Municipal, onde será avaliado a execução do Orçamento anterior, e que em Abril do ano seguinte será avaliado a execução do Orçamento que está a ser discutido. \_\_\_\_\_

--- Afirmou que uma coisa que sempre falou, como Membro a Bancada do PS, nas Assembleias Municipais, foi sobre a execução Orçamental que tem sido sempre muito fraca. \_

--- Solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, o Membro Carlos Rodrigues, que aguarde. Porque todas as obras que estão no programa sufragado serão cotadas nos diversos planos plurianuais e anuais. Disse que o executivo tem a obrigação de colocar, as obras que estão no programa da Câmara Municipal e as que estão nos programas das Juntas de Freguesia, devidamente validadas pelo executivo da Câmara Municipal, nos planos plurianuais e anuais, e que não será por ser esta ou aquela Junta de Freguesia que não serão feitas. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito à intervenção do Membro José Manuel Carmo disse que o executivo tem na ideia de fazer um plano de mobilidade para a cidade no próximo ano. Afirmou que sabe que não irá resolver todos os problemas com a obra que irá ser feita na Praça da República. Acrescentou que nesse plano de mobilidade, que forçosamente será sujeito a discussão pública, gostaria de ver também os contributos do BE. \_\_\_\_\_

--- Referindo-se aos transportes urbanos informou que a Câmara Municipal está a elaborar um estudo de alargamento desses transportes, nomeadamente às urbanizações novas e à freguesia de Santa Luzia. \_\_\_\_\_

--- Quanto ao Porto de Pesca afirmou que não pode estar no Orçamento porque este executivo não coloca ficções nos Orçamentos. Pois esta questão diz respeito ao IPTM, ARH e Direcção Geral das Pescas, e está inserido nos financiamentos do PIDDAC. Informou que esta intervenção não é da Câmara Municipal, e que têm sido feitas várias reuniões no sentido de a tornar numa realidade. Acrescentou dizendo que caso o Governo tome a decisão de cabimentar no PIDDAC uma intervenção no Porto de Pesca, a Câmara Municipal terá que rever o Orçamento de forma a por a contrapartida do município no Porto de Pesca. \_\_\_\_\_

--- Sobre as casas de apoio aos pescadores, disse que existe uma candidatura ao PROMAR que ainda não está aprovada, mas o executivo tem a garantia que irá ser aprovada. Informou que a melhoria das rampas é da responsabilidade do IPTM, porque faz parte de uma requalificação global, e quando o IPTM decidir fazer essa obra a Câmara Municipal entrará com algum dinheiro, mas não pode ser a Câmara Municipal a ter essa iniciativa, embora queira que as rampas sejam reparadas, uma vez que a área é do domínio do IPTM. \_\_\_\_\_

--- Terminou afirmando que este executivo só colocou no Orçamento obras que têm a certeza que são exequíveis, esta questão mudará em cada apresentação de defesa de Orçamento e

das Grandes Opções do Plano. Informou que com este executivo as obras só irão para concurso devidamente cabimentadas. Afirmou que é intenção do executivo da Câmara Municipal num futuro documento, aproveitar e discutir as boas ideias de todos os Membros da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- O Membro Rui Horta disse que não se acha um indivíduo conflituoso. \_\_\_\_\_

--- Quanto à questão de nunca se ter visto a bancada do PSD interessada por estas questões, afirmou que o contrário também é verdade porque a bancada do PS andou muito preocupada com certas coisas e de repente desinteressou-se de tudo. \_\_\_\_\_

--- Disse que não podia deixar de reparar numa rubrica que consta no Orçamento, de seu nome outros no valor de milhões de euros, questionando as bancadas do PS e do BE de como é que não reparam nesta situação. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que a antiga bancada do PS se pronunciou muitas vezes sobre a alimentação das crianças, dizendo que era um horror, etc., e no entanto neste Orçamento constam seiscentos mil euros para a compra da comida já confeccionada. Disse que a bancada do PS, que andava tão preocupada com a saúde das crianças, deixa agora as crianças, por mais um ano, comerem aquela mesma comida, quando poderia perfeitamente alterar essa questão agora. \_\_\_\_\_

--- No final da intervenção do Membro Rui Horta houve na sala alguns comentários. O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu-os pedindo aos Membros para se deixarem de demagogias. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Baptista começou por dizer que não iria enumerar o que a Freguesia de Cabanas precisa, pois seria desgastante para a Assembleia Municipal que todas as freguesias o expusessem. Informou que lhe foi solicitada uma lista de prioridades, que foi feita e entregue ao executivo da Câmara Municipal. Disse que essas prioridades fazem parte das Grandes Opções do Plano e por isso está satisfeito. \_\_\_\_\_

--- Relativamente ao Orçamento disse que na sua opinião irá ser difícil fazer a execução deste Orçamento e que não é tão realista como foi referido. Disse que tendo em conta os valores que foram avançados pelo Membro Brandão Pires, nos anteriores mandatos a execução dos Orçamentos ficava sempre longe do esperado e rondava o valor de treze ou catorze milhões de euros. O que quer dizer que, o anterior executivo teria que fazer um Orçamento idêntico ao que foi hoje apresentado, para não errar muito. Neste momento, as receitas mensais da Câmara Municipal, diminuíram cerca de um milhão de euros, logo, nem tudo o que está mencionado irá ser feito. \_\_\_\_\_



--- Terminou dizendo que compreende a situação desde que, o mal seja repartido por todos. Disse que lhe foi prometido nos anteriores mandatos habitação social, que nunca foi feita, mas não pode dizer que foi enganado porque, foram feitas obras que deram muita qualidade a Cabanas. Acrescentou dizendo que não é de bom-tom referir o que não foi feito e não referir o que beneficiou. Disse ainda que iria votar a favor do Orçamento por duas razões, uma é porque é o único constituinte da sua bancada e a outra por ser Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas uma vez que nenhum Presidente de Junta de Freguesia votou contra os Orçamentos.

--- O Membro Fernando Pereira voltou a intervir dizendo que no plano político gostava de recuperar o assunto das refeições escolares, caso fosse autorizado pela Mesa da Assembleia.

--- O Presidente da Assembleia Municipal autorizou. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira disse então, que o novo executivo ao chegar à Câmara Municipal não podia rasgar o contrato com a empresa de fornecimento das refeições. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que mais uma vez iria apelar ao passado, e afirmou que a bancada do PS, e ele em particular, estiveram contra a celebração do referido contrato. Afirmou que certamente o Membro Rui Horta se recordará desse facto, bem como ter perguntado sobre a tabela do valor nutritivo das refeições, à qual os senhores do PSD não responderam, tendo apenas concordado com o antigo Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

--- Dirigindo-se ao Membro Rui Horta, pediu para que fosse oposição responsável, e disse que a bancada do PSD não conhece o contrato mas votaram-no a favor. Caso contrário não diria para o novo executivo o rasgar. \_\_\_\_\_

--- Relembrou que este executivo tem uma promessa eleitoral que consiste em verificar essa questão. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo, que esta é mais uma razão para que a bancada do PSD vote a favor do Orçamento, uma vez que nele está orçamentada uma despesa a que a bancada do PSD deu origem. Porque na realidade este Orçamento é elaborado de acordo com os compromissos assumidos pelo anterior executivo. \_\_\_\_\_

--- O Membro Brandão Pires referindo-se à questão sobre o Porto de Pescas, disse que o projecto, feito por uma empresa espanhola, está praticamente concluído e que será entregue no próximo mês de Janeiro. Esse projecto para além dos postes de amarração, contempla uma rampa, uma nova lota e um conjunto de armazéns de apetrechos de pesca para os pescadores. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que os armazéns de apetrechos de pesca para os pescadores, que

foram candidatos ao PROMAR, irão ter uma vida muito curta, uma vez que o projecto do Porto de Pesca já contempla esse tipo de equipamento. Disse também que existe um factor decisivo que é o facto deste projecto por proposta do IPTM estar inscrito no PIDDAC. Informou que o PIDDAC vai ter que ser assumido pelo Governo, vai ser levado à Assembleia da República para ser votado, resta ver que tipo de orçamento irá ser votado em Assembleia da República. Uma vez que existe um orçamento conjunto das oposições e um orçamento do Governo. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que a proposta técnica dos serviços existe o Porto de Pesca de Tavira está lá, tem sido defendido, mas a decisão vai depender da Assembleia da República. Se tudo correr bem a obra será lançada para o próximo ano. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito à questão levantada pela rubrica “outros”, disse que ficava mais preocupado se o montante referido constasse na despesa. Ou seja, se houvesse despesas elevadas nessa rubrica, mas não, os “outros” com valores mais elevados, que foram referidos estão na parte das receitas. Informou que esta questão está relacionada com o Orçamento, que provavelmente se irá a situar nos trinta ou quarenta e tal milhões de euros, e que temos um Orçamento de quarenta e seis virgula seis milhões de euros. Explicou que necessariamente teria que aparecer esta parcela de “outros” para equilibrar a despesa com a receita. \_\_\_\_\_

--- Disse que tal como o Membro Elisabete Rocha, também é novo na Assembleia Municipal, e portanto é natural que não tenham na memória assuntos do passado, sendo por provável que surjam perguntas, que eventualmente alguns dos Membros as considerem descabidas. Afirmou que não será isso que o irá inibir de falar ou de formular perguntas e que como todos podem confirmar a bancada do PS é constituída por pessoas com vários estilos, não é uniforme. Acrescentou dizendo que há Membros que tem na memória o que foi nos últimos quatro, oito ou os doze anos, mas que ele não tem. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que a apreciação que faz das bancadas é que têm muita boa vontade, e que tem ficado surpreendido pela positiva, das posições que têm tomado e do espírito construtivo que têm tido, nestes dois meses de acção deste executivo. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para afirmar, que numa sua intervenção anterior, explicou o que era a rubrica “outros”. Informou que nas despesas a rubrica “outros”, se houver a preocupação de a confrontar com o Orçamento do ano anterior o valor é o mesmo. \_

--- No que diz respeito às refeições escolares esclareceu que votou contra, nas três vezes que o assunto foi votado em Assembleia Municipal. Informou que numa das explicações que lhe deram, na altura, foi a quantidade das calorias de cada refeição e que um seu colega de bancada, o Dr. Vítor Palmeira, na altura, até disse que aquela comida era do melhor. Afirmou que essa foi a opinião do colega, que não é a sua opinião. Prosseguiu dizendo que a sua opinião sobre o assunto se mantém, mas que não pode ter no Orçamento seiscentos mil euros

para pagar as refeições e mais seiscentos mil euros para pagar indemnizações à empresa, que legitimamente as está a executar, porque foi uma decisão do executivo anterior. Afirmou também que o povo de Tavira não está assim tão rico, nem o Orçamento é tão largo para que o actual executivo possa colocar um processo judicial a uma empresa que tem os dias contados com ele, como Presidente da Câmara. Acrescentou que esta empresa ou acaba o contrato, ou em situação de falhas graves de fornecimento das refeições, antes do prazo, com justificação de causa, para que a Câmara Municipal não tenha que lhe pagar qualquer indemnização. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que quando a Câmara Municipal conseguir rescindir o contrato, com justa causa ou no seu termo, as crianças comerão comida confeccionada por cozinheiras de Tavira, como acontece em muitas terras do Algarve. Disse ainda que já teve conversas com pessoas que estão muito interessadas em colaborar e em prestar os seus serviços ao município de Tavira. \_\_\_\_\_

--- Posta à votação a presente proposta foi a mesma aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e nove abstenções. \_\_\_\_\_

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 153/09/CM, referente a Taxa municipal de direitos de passagem.

--- Posta à votação a presente proposta foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. No momento em que foi posta à votação a referida proposta só se encontravam vinte e sete Membros na sala. \_\_\_\_\_

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 156/09/CM, referente ao Parque de Campismo da Ilha de Tavira.

--- O Membro Alberto Carmo disse que a bancada do PS se congratula com a proposta apresentada, porque é uma boa proposta. Contudo o PS de Tavira, que pretende que os residentes no município estejam mais representados nesta proposta e também para que haja maior qualidade no turismo, considera que merece algumas melhorias que já foram entregues ao actual executivo da Câmara Municipal para ser apresentado. \_\_\_\_\_

--- Explicou que essas alterações têm a haver com contrapartidas financeiras para a Câmara Municipal porque, perante aquilo que lhes foi apresentado inicialmente havia alguns aspectos técnicos que deveriam ser melhorados, e que poderia também haver contrapartidas de qualidade e de salvaguarda dos interesses dos cidadãos. Continuou dizendo que neste sentido propuseram que houvesse umas alterações ao nível dos valores percentuais que estão

inseridos no modelo de avaliação das propostas, tendo sido proposto que plano de investimentos fosse alterado para investimentos até ao valor de vinte mil euros que consiste num aumento de vinte pontos percentuais. Prosseguiu dizendo que propuseram também a alteração por cada modelo adicional na proposta feita representasse cerca de dez pontos, e também propuseram alteração dos descontos nos tarifários para residentes, pois na sua opinião os residentes de Tavira devem de ser mais beneficiados, e por isso propuseram um desconto de trinta por cento em vinte e cinco pontos, entre trinta um e quarenta por cento, cinquenta pontos, entre quarenta e um e cinquenta, setenta e cinco pontos, e mais de cinquenta e um por cento, sem pontos. Explicou que isto irá criar claramente um factor diferenciador em que irá privilegiar os tavirenses que usufruem da praia de Tavira na época balnear. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que querem privilegiar acima de tudo a qualidade, porque nos últimos anos a qualidade na praia de Tavira não foi a desejada. Disse ainda que por isso fizeram estas propostas, para que o concelho fique mais salvaguardado, mais equilibrado, para que haja um melhor turismo e melhorar a capacidade de oferta turística. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Manuel Carmo começou por dizer que o BE, durante a campanha eleitoral, falou com as pessoas e por isso, tal como o PS, também tem um programa. Continuou a sua intervenção dizendo que uma das coisas que disseram aos tavirenses foi que se tivessem a possibilidade de serem eleitos, tomariam como referência aquilo que é a vontade dos tavirenses. Neste caso, é que o Parque de Campismo da Ilha de Tavira passe a ser gerido pela Câmara Municipal de Tavira. Uma vez que foi nesse sentido que o parque foi construído, e foi criado, essencialmente, para servir os tavirenses que trabalham o ano inteiro, e por isso têm todo o direito de usufruir daquele parque. Afirmou que o Parque de Campismo é parte da Ilha e a Ilha é dos tavirenses. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que o BE discorda que o actual executivo, socialista, mantenha o modelo de privatização, de acesso à praia e de exploração ao Parque de Campismo, sem nenhuma necessidade. Porque foi a Câmara Municipal que o construiu, naturalmente com algumas deficiências, que deverão ser corrigidas ano após ano desde que haja vontade e competência para o fazer, e que certamente o actual executivo tem competência para o fazer.

--- Terminou dizendo que o BE está contra ao modelo de entregar o Parque de Campismo a uma entidade privada que, mesmo que introduza alguns benefícios no parque, a sua única preocupação será o lucro. Portanto o tavirense deixará de ser um elemento importante, passando a ser um mal menor. Apelou ao bom senso e aos Membros da Assembleia Municipal que assumam, perante os tavirenses, aquilo que vão votar, porque os tavirenses estão contra. Concluiu informando que a Associação dos Amigos da Ilha de Tavira divulgou um documento

onde consta o que é desejável é que seja a Câmara Municipal a gerir o Parque de Campismo.

--- O Membro Isabel Santos solicitou que lhe fosse explicado o facto de constar na proposta o prazo de cinco anos renováveis por iguais períodos, mas no contrato não são referidas as renovações. Perguntou em que condições o contrato é celebrado, se é ou não renovável, se haverá ou não, ao fim dos cinco anos, outra hasta pública. \_\_\_\_\_

--- O Presidente respondeu que o contrato é eventualmente renovável. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira pretendendo esclarecer o Membro Isabel Santos, disse, que o contrato é eventualmente renovável porque se alguma das partes não estiver interessada em não renovar, não será renovado e haverá novo concurso. \_\_\_\_\_

--- O Membro Isabel Santos respondeu que no contrato isso não consta. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira afirmou que essa é outra questão e que será corrigida. \_\_\_\_\_

--- Dirigindo-se ao Membro José Manuel Carmo disse que não se trata de nenhuma privatização do Parque de Campismo, mas sim de uma concessão com prazo de cinco anos. Afirmou que Parque de Campismo é do município de Tavira, que em vez de fazer exploração directa, o cede em concessão por concurso público e de maneira transparente a uma entidade que ganhará o concurso. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito à questão sobre os tavirenses, disse que estes têm de ser informados de que o concurso está lançado e implica que os concorrentes apresentem um plano de investimento em imobilizado que vão fazer. E a empresa que apresente a melhor proposta sobre esta questão, ganha o concurso. Informou que esse investimento em imobilizado, que serão obras, no final da concessão revertem a favor do município, isto significa uma grande contrapartida para o município. Ou seja desta forma não é necessário orçamentar obras no Parque de Campismo porque a empresa concessionária é que as irá fazer. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que em relação à proposta feita pela bancada do PS, disse que dá trinta por cento de desconto sobre as tarifas praticadas, como base essencial e mínima, para as empresas apresentarem propostas. Ou seja poderá haver alguma empresa que apresente noventa por cento, mas não podem apresentar menos de trinta por cento. Assim sendo este um benefício para a população residente em Tavira, aliado ao benefício em investimento imobilizado e em enriquecimento do património da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

--- O Membro Alberto Carmo respondendo ao Membro Isabel Santos, quanto á questão dos

prazos, disse que o artigo quadragésimo quinto refere que o contrato é regulado pela legislação portuguesa em particular pelo Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que o actual executivo da Câmara Municipal não inventou nada, apenas dá seguimento a uma forma que foi iniciada pelo executivo anterior, e que o objectivo da Câmara Municipal não é gerir o Parque de Campismo mas sim fazer com que o Parque de Campismo seja uma estrutura adequada aos desígnios da cidade de Tavira. Desígnios esses que têm a haver com receber bem os tavirenses e não só, e neste sentido procurar que a Ilha de Tavira seja um sitio apelativo. \_\_\_\_\_

--- O Membro Isabel Santos respondeu ao Membro Alberto Carmo dizendo que na cláusula décima é referido que a concessão terá como duração um prazo de cinco anos, a contar da data da assinatura do contrato de concessão, não referindo mais nada. \_\_\_\_\_

--- O Membro Alberto Carmo concordou e voltou a dizer que no artigo quadragésimo quinto refere que o contrato é regulado pela legislação portuguesa em particular pelo Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

--- O Membro Isabel Santos respondeu que o Código dos Contratos Públicos não refere que é automaticamente renovável. \_\_\_\_\_

--- O Membro Alberto Carmo disse que é verdade, mas que estabelece as normas com que poderá ser ou não renovável. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Membros para não entrarem em diálogo. \_

--- O Membro Brandão Pires explicou a diferença entre as propostas da Câmara Municipal e da bancada do PS, dizendo que quanto á contrapartida financeira para a Câmara Municipal variava, na anterior proposta, entre os cento e vinte mil euros, e nas melhores das hipóteses poderia ir até aos cento e setenta mil euros, acrescentando dez pontos por cada dez mil euros na melhor das hipóteses, para ser uma proposta para se obter cem pontos, uma proposta que se fizesse cento e setenta mil euros de contrapartida financeira para a Câmara Municipal tinha cem pontos nesse critério. Disse que neste momento com esta alteração esse valor pode ir até aos duzentos e dez mil euros, porque cento e vinte e mil euros é a base, e depois por cada dez mil euros há dez pontos percentuais de acréscimo. \_\_\_\_\_

--- Disse também que no que diz respeito ao investimento na anterior proposta com cinquenta mil euros, nos cinco anos, a empresa que concorrer só tinha cem pontos se fizesse cinquenta

mil euros de investimento. Com a alteração proposta a empresa, para obter os cem pontos, precisa de fazer um investimento de cem mil euros. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que não estava garantido, porque era uma opção dos concorrentes, o desconto para os residentes, com esta proposta é obrigatório, que no mínimo, que haja trinta por cento de desconto. Disse também que não estava escrito a questão do fraccionamento, e da maneira como estavam redigidas as cláusulas de selecção iria provocar empates. Ou seja as várias empresas que concorrerem iram obter os cem pontos. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que na sua opinião, em termos de gestão, é ceder a concessão a uma entidade privada, pois acha que é obrigação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal promover a sociedade civil do concelho, sejam entidades privadas, empresas ou associações. Disse que o concelho tem poucas empresas fortes e uma sociedade civil débil. \_\_\_\_\_

--- O Membro Isabel Santos disse que chegou a esta sessão da Assembleia Municipal, com a intenção de votar contra o Orçamento, mas depois das explicações que foram dadas pelo Presidente da Câmara Municipal e das discussões que ouviu dos restantes Membros, decidiu que a melhor solução seria abster-se nessa votação. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito a esta proposta disse que era sua intenção votar a favor, mas depois do que ouviu, iria abster-se também nesta votação. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos Membros se aceitavam a proposta apresentada pela bancada do PS e que já foi explicada. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Manuel Carmo perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal se estava a sugerir que fosse votado primeiro na generalidade e depois na especialidade, para determinados aspectos. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que o que estava a sugerir era alterar a proposta que a Câmara Municipal apresentou. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Manuel Carmo disse que os critérios de selecção dos concorrentes, que são três, nos quais é benefício do concorrente fazer mais descontos aos tavirenses, neste aspecto acha que é um ponto positivo. No entanto, na sua opinião, é irrelevante, porque não é por dar mais benefício aos tavirenses que o concorrente ganha. Por isso o concorrente irá dar mais importância aos outros dois critérios. \_\_\_\_\_

--- Afirmou que o BE acha que se este assunto fosse para uma discussão ponto por ponto, iriam sugerir que o terceiro critério fosse eliminado e que fosse obrigatório o desconto de

cinquenta por cento para os tavirenses. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que o BE propõe uma outra proposta que consiste num desconto obrigatório de cinquenta por cento para os tavirenses. Disse que assim é que os tavirenses beneficiavam com a proposta, porque de outra forma a proposta não beneficia os tavirenses e é enganosa. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que o Membro José Manuel Carmo considera que os dez por cento não servem para nada, e fez uma proposta. Portando iria por à votação as duas propostas, a do BE e a do PS. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira perguntou se na opinião do Membro José Manuel Carmo, quem der mais contrapartidas à Câmara Municipal e menos descontos aos tavirenses, ganha o concurso. Afirmou que as contrapartidas para o município serão também para os tavirenses, porque o município é dos tavirenses. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que quem disse que o concorrente que apresente a melhor proposta não apresentará um desconto de setenta por cento para os tavirenses, que disse isto está errado, pois está a partir de um princípio como se já tivesse verificado. Afirmou que não se está perante a lei da física, mas sim de um concurso público. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Manuel Carmo disse ao Membro Fernando Pereira, se tem consciência que a sua argumentação não disse nada. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira afirmou que quis dizer tudo. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu os dois Membros, dizendo que já chegava. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que a questão da concessão do Parque de Campismo é uma prática aceitável, porque pela avaliação da sua gestão, é a melhor que se adequa ao município, face também ao contexto em que se está. \_\_\_\_\_

--- Disse que um privado a gerir o Parque de Campismo e com contrapartidas para os tavirenses, e com o aumento substancial dos valores do contrato de concessão, parece-lhe que será uma receita importante para o município. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que este processo demonstra a forma como considera que pode haver responsabilidade de uma bancada, porque o executivo fez passar uma proposta em Reunião de Câmara. Depois o executivo recebeu uma contra proposta, elaborada por Membros da



Assembleia Municipal, que o executivo considera ser mais vantajosa para o município de Tavira e também para diferenciar as propostas dos concorrentes. Prosseguiu dizendo que na proposta que foi à Reunião de Câmara, não tinha sido considerado a valorização da questão dos descontos para os tavirenses e que nas bancadas também são feitas propostas concretas, às quais o executivo não está contra, nem ele próprio as sente como um desaforo, antes pelo contrário. Disse que a acha coerente, que sendo aprovada em Assembleia Municipal corrige a proposta que vem de uma Reunião de Câmara, resultando numa versão final que irá de imediato para concurso público. Considerou o trabalho feito pela bancada do PS, da Assembleia Municipal, muito importante pois não se perde tempo. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que o executivo está aberto a este tipo de propostas construtivas, elaboradas por qualquer uma das bancadas da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou que existem duas propostas, em alternativa à apresentada pela Câmara Municipal que vão ser colocadas à votação, a proposta apresentada pela bancada do Partido Socialista e a proposta que foi apresentada verbalmente pelo Bloco de Esquerda. \_\_\_\_\_

--- Posta à votação a proposta da bancada do Partido Socialista, apurou-se o seguinte resultado, vinte e três votos a favor e quatro abstenções. \_\_\_\_\_

--- Posta à votação a proposta da bancada do Bloco de Esquerda, apurou-se o seguinte resultado, um voto a favor. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta que tinha ganho foi a apresentada pela bancada do Partido Socialista com vinte e três votos a favor. \_\_\_\_\_

--- No momento em que foram feitas estas votações, estavam presentes apenas vinte e sete Membros na sala. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal pôs então à votação a proposta da Câmara Municipal, já alterada no anexo quatro, sobre o concurso público internacional para a concessão da gestão do Parque de Campismo da Ilha de Tavira. \_\_\_\_\_

--- Posta à votação a presente proposta foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, uma abstenção e um voto contra. \_\_\_\_\_

--- A Mesa da Assembleia procedeu à leitura das minutas desta sessão, as quais foram aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

--- Foi dada a palavra ao público presente, mas não houve nenhuma intervenção. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira solicitou explicação sobre não ter sido votada a acta da sessão anterior. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou que a referida acta não foi votada uma vez que as funcionárias que dão apoio aos órgãos autárquicos não conseguiram, então curto espaço de tempo, fazerem a acta da anterior sessão, que teve uma ordem de trabalhos constituída por vinte e três pontos. Relembrou que essa sessão terminou às três horas da manhã o que originou cinco horas de gravação. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Manuel Carmo disse que na última Assembleia Municipal foi votado a eleição de cinco Membros para a Assembleia Intermunicipal, na opinião do Bloco de Esquerda, de forma irregular. E por isso entregou à Mesa da Assembleia Municipal um documento. \_\_\_\_\_

--- Os Membros Sara Isabel Mansinho Fernandes de Almeida e Paulo Renato Faleiro Silva, faltaram à sessão. \_\_\_\_\_

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e dez minutos, de que, para constar se lavrou a presente acta. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_